

RECURSO ESPECIAL Nº 1.864.550 - RO (2020/0051322-7)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : LUCIENE BARROS DE ALMEIDA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORE : TOYOO WATANABE JUNIOR - RO005728
S

CAROLINE MEZZOMO BARROSO BITTENCOURT -
RO002267

EMENTA

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE DEPENDENTE QUÍMICO. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE EXAME NA VIA ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. NECESSIDADE DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LUCIENE BARROS DE ALMEIDA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia assim ementado:

Apelação cível. Internação compulsória. Tratamento contra drogadição. Dependente químico. Medida extrema. Laudo médico. Necessidade do tratamento não comprovada. Medidas alternativas. Recursos extra-hospitalares. Preferência. Responsabilidade do Estado. Inexistência. Recurso provido. A internação compulsória de dependente químico é medida que, em face da sua radicalidade, somente é admitida quando comprovada a ineficácia das demais alternativas de tratamento extra-hospitalares e expressamente indicada por laudo médico circunstanciado que caracterize os motivos da internação, nos termos da Lei 10.216/01. Não pode o familiar de dependente químico requerer a sua internação compulsória baseando-se apenas neste fato. Se o único laudo médico constante nos autos limita-se a informar que o interditando é dependente químico e necessita de tratamento médico, sem apresentar nenhuma justificativa para aplicação de medida extrema de internação compulsória, esta deve ser indeferida.

Na razões do recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, a recorrente indica violação aos artigos 1º, III, 6º e 196 da Constituição Federal, bem como aos artigos 2º, 4º e 9º, da Lei 10.216/2001, e artigo 2º, §1º, da Lei 8.080/90 e divergência jurisprudencial do Tribunal de origem em relação aos Tribunais Superiores.

Defende que o entendimento do Tribunal *a quo*, no sentido de que se deveria optar por tratamento alternativos menos drásticos, vai de encontro a todos os laudos

médicos emitidos por especialistas e relatos apresentados no decorrer da demanda. Sustenta que a matéria em discussão cinge-se ao direito fundamental da requerente de ser assistida pela rede pública da saúde estadual, nos termos da Constituição Federal e da Lei 8.080/90, bem como que a Lei 12.216/2001 assegura ampla proteção ao doente mental, especialmente em relação a seu tratamento médico.

Pugna, por fim, pela concessão de efeito suspensivo e pelo provimento do recurso especial.

Apresentadas contrarrazões.

Nesta Corte Superior, o Ministério Público Federal apresentou parecer pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Acerca da alegação de violação do artigos 1º, III, 6º e 196 da Constituição Federal, cabe destacar que o Superior Tribunal de Justiça não é competente para analisar, em sede de recurso especial, violação de dispositivo constitucional (artigo 102, § 2º, da Constituição Federal), sob pena de usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal.

Ilustrativamente:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. PEDIDO DE REFORMA. DOENÇA DE CHAGAS EM FASE ASSINTOMÁTICA. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE EXAME NA VIA ESPECIAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA À LEI. SÚMULA 284/STF. TESE JURÍDICA QUE, APESAR DA OPOSIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS, NÃO FOI ANALISADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. NECESSIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Em recurso especial, não cabe invocar violação à norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa aos arts. 5º, 6º, 37 e 196 da Constituição Federal.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1331107/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 04/11/2019)

Por sua vez, no tocante à tese de que o Tribunal *a quo* violou o direito fundamental de assistência pela rede pública da saúde estadual, nos termos do artigo 2º, §1º, da Lei 8.080/90, nota-se, pela leitura dos autos, que não houve apreciação pelo Tribunal de origem sobre a tese em referência, o que impossibilita o julgamento do recurso nesse aspecto, por ausência de prequestionamento.

Outrossim, eventual omissão sequer foi suscitada pela ora recorrente por meio de embargos declaratórios, o que impossibilita o julgamento do recurso neste aspecto, por ausência de prequestionamento, nos termos das Súmulas 282 e 356/STF, respectivamente: *“É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”* ; *“O ponto omissso da decisão, sobre o*

qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Efetivamente, para a configuração do questionamento prévio, não é necessário que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados. Todavia, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso.

Nesse sentido, os seguintes precedentes deste Tribunal Superior:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. REVISÃO DE CÁLCULOS DA URV. PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANÁLISE DA OFENSA A DIREITO LOCAL. INVIÁVEL. SÚMULA N. 280/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

[...]

II - Sobre a alegada violação do art. 489, § 1º, do CPC/15, verifica-se que, no acórdão recorrido, não foi analisado o conteúdo do dispositivo legal, nem foram opostos embargos de declaração para tal fim, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF.

[...]

VI - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1479758/AL, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 26/09/2019)

A seu turno, quanto à proteção que a Lei 12.216/2001 assegura ao doente mental, na hipótese dos autos, conforme se extrai do acórdão recorrido, o Tribunal *a quo* concluiu que não foi comprovado o estado de necessidade que justifica a excepcionalidade da medida de internação. A propósito, o seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 181/182):

"Na hipótese dos autos, requereu-se a internação do menor Carlos Vitor, alegando que este possui transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substâncias psicoativa – dependência em drogas, e que em razão disto apresenta risco para si e terceiros.

Ora, a respeito das provas da necessidade de internação compulsória, foi juntado aos autos somente um receituário médico/laudo psiquiátrico (fls. 32) no qual consta o seguinte:

Informo que veio a Sr. Luciene Barros de Almeida, que é mãe do jovem Carlos Vitor de Almeida Azevedo. O mesmo tem quadro de drogadição e está se drogando diariamente, sem controle. Se recusa a aceitar ajuda, não quis vir para consulta e não quer tratamento. O conselho tutelar solicita que a mãe providencie a internação. Portanto, solicito internação compulsória urgente para o Carlos Vitor [...] Solicito por um ano.

Concluo desse único documento que inexistem motivos a justificar a medida extrema de internação compulsória do paciente que, conforme já salientado, somente deve ser utilizada nos casos em que não há sucesso de outros tratamentos de dependentes químicos, o que sequer tem-se notícia de ter sido tentado, via CAPS.

Destaco ainda que embora no receituário/laudo acima transcrito mencione

que o Conselho Tutelar estaria pedindo que a mãe providenciasse a internação do seu filho, não há nenhum outro documento nos autos que demonstre tal assertiva. Sequer um relato de visita do Conselho à sua residência onde se verificou referida necessidade, ou algo semelhante a isto.

Não se pode requerer uma internação compulsória de dependente químico somente por esse fato. Ao contrário, tais pessoas necessitam, na maioria das vezes, de apoio da família, e não o seu afastamento em clínicas de recuperação.

Desse modo, não estando demonstrado o estado de necessidade que justifica a excepcionalidade da medida de internação, não há que ser deferida.

[...]

Insta destacar que não se despreza as angústias vivenciadas pelos familiares de dependentes químicos, todavia, não se pode querer atribuir ao Estado a integral responsabilidade pelo tratamento do dependente, esquivando-se de sua parcela de responsabilidade, que, aliás, revela-se de fundamental importância para o sucesso do tratamento de dependentes químicos.

Assim, diante do que consta nos autos e da falta de comprovação acerca da necessidade da internação compulsória, devem ser adotados tratamentos alternativos menos drásticos, visando à recuperação do paciente."

Portanto, a reversão do entendimento exposto no acórdão, com o reconhecimento, como pretende a recorrente, de que a internação do dependente químico se mostra necessária no caso em apreço, exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Ilustrativamente:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO. FUNDO DE COMÉRCIO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. ART. 932, III, DO CPC/2015. PERDA DO FUNDO DE COMÉRCIO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO [...]

V. O Tribunal de origem, à luz do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pelo cabimento da indenização do fundo de comércio, em favor do locatário, consignando que "restou devidamente demonstrado a existência de fundo de comércio a ser indenizado, uma vez que subsistia contrato de locação vigente, por prazo indeterminado, e exercício de atividade lucrativa no imóvel (restaurante), que foi interrompida devido à intervenção do Estado na propriedade". Nesse contexto, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Precedentes do STJ.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1593879/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 10/03/2020)

Por fim, convém ressaltar que a interposição do recurso especial pela alínea "c"

do permissivo constitucional também exige que o recorrente cumpra o disposto nos arts. 1.029 § 1º, do CPC, e 255, § 1º, a, e § 2º, do RISTJ.

Assim, considera-se inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial, quando o recorrente não demonstrar o suposto dissídio pretoriano por meio: (a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; (b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; (c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma; (d) a indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais.

Na hipótese examinada, verifica-se que a ora recorrente limitou-se a transcrever as ementas dos julgados paradigmas, não atendendo aos requisitos estabelecidos pelos dispositivos legais supramencionados, restando ausente o adequado cotejo analítico e a similitude fática entre os julgados mencionados.

Assim, é descabido o recurso interposto pela alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Nesse mesmo sentido, confira-se os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ASTREINTES. ALEGADA NULIDADE, POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONSIDEROU QUE O AGRAVANTE NÃO PERQUIRIU A SUPOSTA NULIDADE NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE, NEM TAMPOUCO APELOU DA SENTENÇA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTE PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. ARESTO QUE CONCLUIU PELA CONFIGURAÇÃO DA INTIMAÇÃO PESSOAL. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA, NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

V. Nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e do art. 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial exige comprovação - mediante a juntada de cópia dos acórdãos paradigma ou a citação do repositório oficial ou autorizado em que publicados - e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não bastando a simples transcrição de ementas, sem realizar o necessário cotejo analítico, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretação.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1542649/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 11/02/2020)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 255, §4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial, prejudicada a análise do pedido de concessão de efeito suspensivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator